

A Política Externa do Brasil Perante a MINUSTAH: uma revisão bibliográfica¹

Bheatriz Hennipman²

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão da literatura que explora as motivações políticas que impulsionaram o Brasil a participar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), analisando como essa participação reflete o esforço do país em se afirmar como uma potência emergente no cenário global. Entre as principais motivações destacam-se a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (CSNU), a consolidação da liderança regional, o fortalecimento do multilateralismo e o exercício de uma diplomacia solidária, baseada no princípio da "não indiferença". O estudo também aborda críticas à atuação do Brasil na missão, questionando a efetividade dessa participação em alcançar os objetivos estratégicos do país, além de apontar os desafios operacionais e os custos envolvidos. Ao fim, apresenta-se um mapeamento do debate sobre o tema e conclui-se que, embora a MINUSTAH tenha oferecido uma oportunidade significativa para a projeção internacional do Brasil, essa participação gera dilemas que desafiam a coerência de sua política externa.

Palavras-chave: Operações de Paz; MINUSTAH; Política Externa Brasileira; Brasil; Haiti.

Brazilian Foreign Policy Towards MINUSTAH: a literature review

ABSTRACT

This article presents a literature review that explores the political motivations driving Brazil's participation in the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), analyzing how this involvement reflects the country's effort to assert itself as an emerging power on the global stage. Among the main motivations are the pursuit of a permanent seat on the United Nations Security Council (UNSC), the consolidation of regional leadership, the strengthening of multilateralism, and the exercise of a solidarity-based diplomacy grounded in the principle of "non-indifference." The study also addresses criticisms of Brazil's role in the mission, questioning the effectiveness of this participation in achieving the country's strategic objectives, while highlighting operational challenges and the costs involved. Finally, a mapping of the debate on the subject is presented, concluding that although MINUSTAH provided a significant opportunity for Brazil's international projection, this involvement generates dilemmas that challenge the coherence of its foreign policy.

Key-words: Peacekeeping Operations; MINUSTAH; Brazilian Foreign Policy; Brazil; Haiti.

¹ Artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso de Bacharelado em Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, orientado pelo Prof. Aureo Toledo.

² Discente do curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI/UFU). E-mail: bheatriz.hennipman@ufu.br

1. INTRODUÇÃO

A participação do Brasil em operações de paz é um componente significativo de sua política externa, refletindo não apenas compromissos multilaterais, mas também motivações políticas específicas. Este estudo visa aprofundar a compreensão das razões que levaram o Brasil a se engajar na MINUSTAH, em um contexto onde a diplomacia brasileira historicamente seguia princípios de não intervenção e solução pacífica de controvérsias (Kenkel, 2009; Kenkel, 2013b).

Embora o Brasil mantenha essa tradição diplomática, o multilateralismo introduziu tensões nesses princípios, especialmente com a ascensão da doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P). Essa doutrina propõe que a comunidade internacional intervenha em países onde populações estejam em risco de violência grave, o que vai contra o princípio brasileiro de respeito estrito à soberania nacional. Esse cenário gerou dilemas para o Brasil, que precisa equilibrar seu papel de liderança regional com o desejo de se projetar como uma potência média global (Kenkel, 2009; Duarte Villa e Jenne, 2020). A tensão entre esses objetivos opostos é visível nas políticas de defesa: enquanto a diretriz de 1996 permitia a participação em operações de paz apenas quando serviam aos interesses nacionais, a de 2005 ressaltava a capacidade de projeção de poder para atuar em missões autorizadas pelo Conselho de Segurança da ONU, indicando uma tentativa de conciliar seu princípio de não intervenção com as pressões do cenário multilateral (Kenkel, 2009).

Essa ambiguidade também se refletiu na atuação do então Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (1993-1995 e 2003-2010), que, embora comprometido com princípios semelhantes aos da R2P, expressou preocupações com potenciais abusos de grandes potências, chamando a R2P de um “direito de ingerência” disfarçado (Kenkel, 2009). Assim, a liderança regional brasileira busca defender elementos da ordem global que favorecem o país em relação aos seus vizinhos, ao mesmo tempo que tenta reformar aspectos desvantajosos para sua posição em relação às grandes potências (Kenkel, 2013b). Em outras palavras, o Brasil adota uma postura de liderança e subordinação no sistema internacional, equilibrando sua influência regional com os desafios do cenário global (Kenkel, 2013b).

Essa busca por reforma, citada no parágrafo anterior, pode ser verificada no lançamento da iniciativa Responsabilidade ao Proteger (RwP), em 2011, que representa o mais alto desenvolvimento do Brasil com questões normativas e de influência, além de uma tentativa pioneira ao abordar as preocupações sobre a implementação da R2P após a intervenção da Líbia (Kenkel e Stefan, 2016).

O renascimento do debate sobre intervenção humanitária em 2001³ desafiou a tradição brasileira de não intervenção, justamente em um momento em que o país expandia sua atuação de uma influência predominantemente regional para um papel mais global no cenário econômico e diplomático (Kenkel e Stefan, 2016). Apesar das preocupações iniciais com o uso da força e a autoridade do Conselho de Segurança, o Brasil buscou contribuir conceitual e normativamente para esse debate, desenvolvendo a iniciativa Responsabilidade ao Proteger (RwP) como forma de preencher essa lacuna (Kenkel e Stefan, 2016).

Com base nessas discussões, o objetivo deste estudo é apresentar uma revisão da literatura que discuta as razões para o envolvimento do Brasil em operações de paz robustas, considerando suas tradições diplomáticas, preocupações com o uso da R2P e sua própria iniciativa RwP. A problemática do estudo se desdobra na seguinte questão: Diante da vasta literatura sobre a participação do Brasil na MINUSTAH, como os estudos explicam as motivações políticas para esse envolvimento e o uso da força brasileira?

Diversos autores argumentam que o Brasil buscava a projeção de poder nacional. Uma das hipóteses dos estudos revisados, portanto, é que a participação na MINUSTAH ampliaria a influência do Brasil no cenário internacional, aumentando as chances de sucesso em sua candidatura a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Outra hipótese sugere que o Brasil desejava se posicionar como uma "ponte" entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, dado o contexto de pobreza extrema do Haiti. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para uma compreensão mais aprofundada da política externa brasileira e das motivações que nortearam sua participação na MINUSTAH, lançando luz sobre seus objetivos e prioridades no cenário global.

Assim sendo, a justificativa para o presente trabalho se baseia no contexto brasileiro de crescente protagonismo no cenário global, especialmente no marco dos 20 anos da autorização da MINUSTAH, missão de paz que marcou o primeiro comando brasileiro de uma operação

³ O debate sobre intervenção humanitária ganhou força em 2001 com a publicação do relatório da Comissão Internacional sobre Intervenção e Soberania Estatal (ICISS), que introduziu oficialmente o conceito de Responsabilidade de Proteger (R2P). Esse relatório foi uma resposta às falhas da comunidade internacional em evitar genocídios e crimes contra a humanidade, como em Ruanda (1994) e nos Balcãs (1995) (Kenkel e Stefan, 2016).

A R2P propunha que, quando um Estado não conseguisse proteger sua população de crimes graves, a comunidade internacional teria a responsabilidade de intervir, inclusive militarmente, se necessário (Kenkel e Stefan, 2016). Isso gerou preocupações para o Brasil, que historicamente defendia o princípio de não intervenção e respeito à soberania nacional. O país temia que a R2P fosse usada como justificativa para ingerências unilaterais por parte das grandes potências.

Diante desse cenário, o Brasil passou a buscar um papel mais ativo no debate, culminando na proposta da Responsabilidade ao Proteger (RwP) em 2011, que buscava regular e limitar a aplicação da R2P, garantindo que intervenções fossem legítimas e supervisionadas pelo Conselho de Segurança da ONU (Kenkel e Stefan, 2016).

dessa magnitude. Ao explorar as motivações políticas por trás do envolvimento do Brasil na MINUSTAH, o estudo busca oferecer insights sobre os objetivos e prioridades da política externa brasileira na arena internacional. Além disso, visa contribuir para um entendimento mais profundo sobre as razões que levaram o Brasil a assumir papel de destaque em operações de paz, sistematizando e centralizando essas motivações em um único estudo, e destacando como o engajamento em missões como a MINUSTAH reflete as aspirações do país no sistema internacional.

Este estudo adotará uma abordagem qualitativa, com o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica para sistematizar as conclusões sobre os motivos políticos da participação brasileira na MINUSTAH. A análise será baseada em uma interpretação crítica dos argumentos dos autores selecionados e a coleta de dados será feita por meio de uma revisão da literatura sobre a política externa brasileira e as motivações políticas relacionadas à participação em operações de paz. Os artigos foram selecionados a partir da base de dados disponível no site da Rede Brasileira sobre Operações de Paz, utilizando a coletânea "Produção sobre operações de paz"⁴ (Rede Brasileira sobre Operações de Paz, 2024).

Os critérios de seleção incluíram a disponibilidade do artigo *open access* (acesso aberto) e a data de publicação, priorizando artigos publicados após os anos 2000 para uma análise das motivações políticas mais atualizada. Foram considerados apenas artigos científicos publicados em periódicos e escritos por autores reconhecidos na área, como Almir de Oliveira Junior, Antonio Jorge Ramalho da Rocha, Carlos Chagas Vianna Braga, Filipe Nasser, João Paulo S. Alsina Júnior, Kai Michael Kenkel, Rafael Duarte Villa, Sergio Luiz Cruz Aguilar, Shiguenoli Miyamoto e Ramon Blanco. A argumentação será organizada a partir do mapeamento e interpretação das visões dos autores sobre as motivações políticas para o Brasil participar da MINUSTAH. A análise buscará identificar convergências, divergências e críticas, além de fornecer informações relevantes sobre a operação no Haiti.

O artigo está dividido em quatro seções, cada uma com uma função específica para a estrutura do trabalho. Inicia-se esta introdução que contextualiza o tema, apresentando a relevância da política externa brasileira e os dilemas envolvidos. A seção seguinte aborda as motivações políticas, discutindo diferentes perspectivas sobre o envolvimento do Brasil na missão. Após isso, a terceira seção abordará as críticas à participação em operações de paz feitas por alguns autores. Por fim, o artigo é concluído com considerações finais, que sintetizam os insights obtidos e sugerem a complexidade das motivações do Brasil na MINUSTAH.

⁴ **REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM PAZ.** Produção Brasileira. Disponível em: <https://rebrapaz.com/producao-brasileira/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

2. MOTIVAÇÕES POLÍTICAS

O objetivo desta revisão é apresentar as diferentes motivações políticas discutidas por autores sobre a participação do Brasil em operações de paz. Para isso, iniciamos com uma breve contextualização histórica da atuação brasileira nessas operações ao longo do tempo, destacando como o país tem legitimado e ajustado seu engajamento. Em seguida, serão expostas as motivações políticas com base nos autores que as discutem.

O Brasil enfrentou desafios desde o ressurgimento do debate sobre intervenções humanitárias, dada sua tradição diplomática de não intervenção. Nesse contexto, o país ampliou sua atuação de uma posição regional para uma global (Kenkel e Stefan, 2016). Apesar das reservas iniciais quanto ao uso da força e à autoridade do Conselho de Segurança, o Brasil buscou contribuir de forma normativa por meio da iniciativa “Responsabilidade ao Proteger” (RwP), como uma resposta às intervenções, especialmente após a crise na Líbia (Kenkel e Stefan, 2016). Com essa iniciativa, o Brasil destacou seu descontentamento com a gestão ocidental da crise e enfatizou a importância de evitar excessos na resolução de conflitos.

A RwP propôs um debate focado em três eixos: sequenciação dos pilares da R2P, restrições ao uso da força e monitoramento mais ativo pelo Conselho de Segurança (Kenkel e Stefan, 2016). E embora a iniciativa não tenha avançado significativamente, ela influenciou discussões subsequentes sobre o uso da força e o risco de abusos da R2P por parte das potências ocidentais. É importante frisar que a postura do Brasil foi vista como contraditória, mas consistente com seu papel como potência emergente com recursos militares limitados (Kenkel e Stefan, 2016).

Duarte Villa e Jenne (2020) observam que, antes dos anos 2000, o Brasil alinhava suas políticas de paz aos princípios tradicionais de sua política externa, evitando o apoio às resoluções baseadas no Capítulo VII da ONU. No entanto, os autores argumentam que a partir dos anos 2000, com a *Capstone Doctrine*⁵ e o fortalecimento das operações de paz robustas, a postura do Brasil mudou. A nova doutrina ampliou o conceito de “não uso da força”, permitindo

⁵ “No que se refere ao uso da força nas operações de paz, a definição corrente, até então, era que não deveria haver uso da força, exceto em autodefesa, sendo posteriormente admitida uma alteração do conceito de autodefesa para incluir também a defesa de civis sob ameaça. A Capstone doctrine, entretanto, amplia acentuadamente o conceito ao definir o princípio como “não uso da força exceto em autodefesa ou na defesa do mandato” BRAGA, C. C. V. Uso da força nas operações de paz: solução ou problema? In KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. (orgs). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado** – Entre a tradição e a inovação. Brasília: IPEA, p. 58, 2012.

exceções para autodefesa e defesa do mandato, facilitando a participação em operações mais robustas e atenuando as resistências políticas (Braga, 2012).

Apesar dessa mudança, o Brasil ainda lida com preocupações sobre soberania, autodeterminação e possíveis baixas militares, que afetam sua disposição de participar de conflitos que não lhe pertencem diretamente (Braga, 2012). Em suma, embora o Brasil tenha se afastado da noção de soberania como inviolabilidade ao se envolver em missões sob o Capítulo VII da ONU, mantém uma postura cautelosa quanto à institucionalização desses compromissos devido a receios sobre possíveis abusos pelas grandes potências. A atuação do Brasil, ainda que por vezes contraditória, é compatível com sua posição como potência emergente de capacidade militar limitada.

A partir dessa contextualização, é possível explorar as principais motivações políticas que influenciaram a participação do Brasil em operações de paz. Diversos autores identificam fatores que vão desde interesses estratégicos e econômicos até o desejo de consolidar uma posição de liderança internacional. As decisões do Brasil de se envolver nessas missões, refletem não apenas compromissos humanitários, mas também uma tentativa de aumentar sua projeção global e fortalecer sua imagem como uma potência emergente. As motivações políticas que sustentam esse envolvimento serão detalhadas a seguir, com base nas contribuições de diversos estudiosos sobre o tema.

2.1. Assento Permanente no CSNU

O primeiro motivo a ser abordado e que frequentemente emerge nos estudos sobre a participação do Brasil em operações de paz é a ambição de conquistar um assento permanente no CSNU. Essa busca é citada por diversos pesquisadores e analistas de política externa, conforme apontam Abdenur *et al.* (2017).

A partir de 1990, esse desejo de um papel mais proeminente no cenário internacional se tornou ainda mais evidente, como observa Aguilar (2015), que relaciona o envolvimento do Brasil em missões de paz ao seu pleito por uma posição permanente no CSNU. Esse posicionamento não é apenas uma especulação acadêmica; Blanco (2017), por exemplo, enfatiza que essa associação é frequentemente refletida em declarações públicas de presidentes e embaixadores brasileiros, indicando uma estratégia deliberada de utilizar a participação em operações de paz como um meio de reforçar a legitimidade de sua reivindicação.

Contrariando o que foi exposto, Celso Amorim (2010) em uma entrevista disse o seguinte:

“Nossa política externa é perfeitamente coerente com a tradição diplomática brasileira. Não abrimos mão de nossos princípios históricos e constitucionais. O que pode haver - e de fato tem havido - é a atribuição de maior ênfase a um conjunto de temas sobre outros. A integração sulamericana e a aproximação com outros países em desenvolvimento, por exemplo, são linhas de ação percebidas como prioritárias pelo nosso governo.

Nossa política externa é também coerente com as dimensões do Brasil. Nosso governo decidiu, desde o primeiro momento, assumir uma postura desassombrada nas relações internacionais. Procuramos fazer com que o Brasil ocupe o papel no mundo que cabe a um país de nossas dimensões, com a nossa cultura, com as nossas credenciais democráticas. O mundo mudou e o Brasil também. A política externa brasileira precisava acompanhar essas transformações.” (Amorim, 2010).

Entretanto, essa estratégia não estaria isenta de riscos. Souza Neto (2012) ressalta que ao considerar a participação na MINUSTAH como um indicador da capacidade do Brasil de assumir responsabilidades internacionais, especialmente em relação à reivindicação por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o país se coloca em uma posição vulnerável. Ele discute que a eficácia da atuação brasileira em missões de paz torna-se um fator crucial, pois qualquer falha nessa empreitada pode comprometer não apenas a imagem do Brasil, mas também sua capacidade de negociar sua posição no CSNU. Assim, a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU é mais do que uma simples ambição, é uma questão que envolve tanto a estratégia de inserção internacional do Brasil quanto os riscos associados à sua participação em missões de paz.

Mendonça (2017) acrescenta que a busca do Brasil para se firmar como protagonista em grandes decisões internacionais é viabilizada por uma série de fatores. Entre eles, destaca-se o fato de o país já ter pacificado os problemas em suas fronteiras, o que proporciona uma base estável para ações mais ambiciosas no cenário global. Além disso, a vasta extensão continental do Brasil atua como um elemento de dissuasão, desencorajando ações bélicas de seus vizinhos. Nesse sentido, a necessidade de enviar contingentes para operações de paz surge como uma estratégia essencial para o Brasil se posicionar no sistema internacional, fortalecendo sua voz nas tomadas de decisão. Mediante esse engajamento, o país também busca garantir poderes por meio da expressão militar, almejando, assim, uma cadeira como Membro Permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, caso haja uma ampliação dessa estrutura (Mendonça, 2017).

Oliveira Junior e Goés (2010) enfatizam que, para obter esse assento, o Brasil precisaria adotar o princípio da Responsabilidade de Proteger (R2P), uma vez que a posição permanente traria consigo novas responsabilidades internacionais. Nasser (2012) oferece uma visão um

pouco diferente, afirmando que a liderança brasileira na MINUSTAH está “irremediavelmente” ligada à busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Ele argumenta que, embora o discurso diplomático do Brasil não tenha se comprometido a estabelecer uma relação direta e automática entre a participação em operações de paz e a expectativa de maior legitimidade ou apoio em sua ambição de ocupar um assento permanente, essa conexão existe. Ele sugere que, embora a decisão de participar das missões de paz tenha sido um elemento de projeção de poder, isso não diminui a importância da solidariedade, que também motivou o Brasil a se envolver nesta missão.

Por outro lado, Alsina Junior (2017) critica o que considera uma "falácia" de que a participação em operações de paz aumentaria o perfil internacional do Brasil e suas chances de sucesso na candidatura a um assento permanente no CSNU, haja vista que apesar das contribuições do G-4 (Brasil, Índia, Alemanha e Japão) para as operações de paz, isso não trouxe mudanças ou reformas significativas.

Ele argumenta que esse engajamento poderia ser mais uma justificativa voltada para o público interno do que uma tentativa genuína de conquistar um assento permanente no CSNU. Segundo ele, a ênfase na contribuição brasileira em missões de paz pode ser vista como uma forma de construir uma imagem de responsabilidade e comprometimento, mas carece de efetividade quando se trata de realmente fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional e em busca de reconhecimento em fóruns de decisão globais. Dessa forma, sua análise levanta questões importantes sobre a verdadeira motivação por trás do envolvimento do Brasil em operações de paz e como essa estratégia se relaciona com suas ambições no âmbito da política internacional.

Com base no que foi apresentado, as perspectivas dos autores convergem ao reconhecer que a participação do Brasil em operações de paz, como a MINUSTAH, está ligada à ambição de conquistar um assento permanente no CSNU. Autores como Abdennur et al. (2017) e Aguilar (2015) veem essa participação como parte de uma estratégia de projeção de poder e fortalecimento da imagem internacional do Brasil. No entanto, divergem sobre a efetividade dessa estratégia. Nasser (2012) reconhece a conexão com o pleito no CSNU, mas ressalta que a solidariedade também motivou o Brasil e Mendonça (2017) traz aspectos que possibilitaram esse engajamento. Por outro lado, Alsina Junior (2017) critica essa visão, chamando-a de "falácia", e sugerindo que o engajamento serve mais para legitimar a atuação perante o público interno do que para promover avanços concretos no cenário global.

2.2. Conhecimento Técnico

Uma outra razão pela qual o Brasil envolveria suas Forças Armadas em operações de paz está relacionada ao conhecimento técnico e prático que seus efetivos adquirem em ambientes de conflito, como discute Aguilar (2015). Para ele, participar dessas missões proporciona uma experiência valiosa para as tropas, permitindo que elas lidem diretamente com situações de conflito, o que enriquece seu preparo para futuros desafios. Além disso, há o fator da renovação de equipamentos militares, já que uma parte dos custos relacionados ao desgaste do material utilizado nas missões é coberta pelo reembolso oferecido pela ONU. Isso permite uma modernização constante dos recursos bélicos, o que representa um benefício significativo para a estrutura militar do país (Aguilar, 2015).

Outro aspecto importante também levantado por Aguilar (2015), é o reconhecimento internacional que o Brasil obtém com a participação em operações de paz. Segundo ele, a atuação das tropas brasileiras em cenários de conflito é frequentemente elogiada por outros países, o que reforça o prestígio e a imagem das Forças Armadas no exterior. Esse reconhecimento se dá tanto pelo nível profissional dos militares quanto pela eficiência demonstrada em diferentes missões (Aguilar, 2015). Além disso, as tropas têm a oportunidade de expandir seu conhecimento ao interagir com outras culturas e nações, aprendendo mais sobre os povos e regiões em que atuam. Esse intercâmbio de conhecimentos e experiências enriquece a capacidade operacional dos militares brasileiros, proporcionando-lhes uma perspectiva mais global e adaptada a diversos contextos (Aguilar, 2015). Oliveira Junior e Goés (2010) endossam essa visão afirmando que:

“Mediante as oportunidades e benefícios abertos aos enviados, a presença do Brasil nessas operações é relativamente positiva para as Forças Armadas brasileiras, visto que há possibilidade de adestramento em situação real de conflito, o intercâmbio de conhecimentos com outros atores de mesma tarefa, promoção do prestígio e da imagem dessas forças e, por conseguinte do país.” (Oliveira Junior e Goés, 2010, p.21).

Oliveira Junior e Goés (2010) abordam que além de outros motivos políticos, o país também busca se aproximar das regiões onde ocorrem as missões para criar laços culturais e consequentemente, trocas comerciais e investimentos. Ainda de acordo com eles, o estado patrocinaria uma política pública para a paz, conectada ao desenvolvimento e baseada em investimentos público-privados. Eles reforçam que para isso seria necessário aumentar e diversificar (incluindo civis e militares) a participação brasileira, além de expandir o efetivo enviado, direcionado para locais onde o país possa estabelecer parcerias eficazes e manter

diálogos diplomáticos tradicionais, enquanto a inovação poderia ser explorada em áreas onde há menos presença histórica.

Por fim, Nasser (2012) argumenta que o reaparelhamento das Forças Armadas em missões de paz ou a reconfiguração de seu papel institucional pode funcionar como um estímulo para que países em desenvolvimento, como o Brasil, comprometam tropas em situações de conflito armado. Esses aspectos combinados mostram que a participação do Brasil em operações de paz não se limita a uma simples contribuição para a comunidade internacional, mas também oferece benefícios concretos para o aprimoramento e modernização de suas Forças Armadas, o aumento de seu prestígio global, e a elevação da capacidade das tropas em lidar com situações de conflito real. Assim, as missões de paz servem tanto como uma oportunidade de treinamento e renovação de equipamentos quanto como uma ferramenta de projeção internacional.

Apesar das considerações apresentadas anteriormente, Alsina Junior (2017) sustenta que o contato das Forças Armadas brasileiras com outras instituições militares em operações internacionais pode não ser tão benéfico quanto parece à primeira vista. A análise mais detalhada de sua perspectiva revela que a participação na MINUSTAH, por exemplo, não exigia formação profissional mais avançada dos militares que fossem participar da missão, nem tampouco demandava equipamentos sofisticados que pudessem agregar valor à experiência operacional. Além disso, interagir com forças armadas de países que estão em estágios de desenvolvimento militar inferiores ao do Brasil pode não trazer os benefícios esperados, devido ao fato de que as habilidades desses países geralmente tendem a ser mais rudimentares em comparação com as capacidades já consolidadas das tropas brasileiras. Portanto, essa disparidade de treinamento e de experiências operacionais limita o potencial de aprendizado e intercâmbio de conhecimentos entre os militares envolvidos (Alsina Junior, 2017).

Mesmo quando países com forças armadas mais avançadas estão presentes no mesmo teatro de operações, Alsina Junior (2017) argumenta que isso não garante, de forma automática, um aprendizado significativo para os militares brasileiros. Ele enfatiza, que embora exista a possibilidade de que os soldados brasileiros absorvam novos elementos doutrinários, como técnicas e estratégias, durante as missões, um desafio substancial se apresenta no compartilhamento disso entre as diversas unidades do Exército Brasileiro (EB). Então, esse processo de transferência de conhecimento pode ser dificultado por barreiras estruturais e culturais dentro da própria instituição militar. Por fim, ele destaca que a experiência acumulada por países como Argentina, Brasil e Uruguai em operações de paz não demonstra que a participação nessas missões é suficiente para aumentar, de maneira significativa, o controle

civil sobre as forças armadas. Isso sugere que, embora as operações de paz sejam frequentemente vistas como uma oportunidade de aprimoramento e profissionalização das tropas, elas não necessariamente promovem uma reforma substancial nas relações civis-militares.

Nesse contexto, Alsina Junior (2017) também ressalta que a participação das Forças Armadas brasileiras em operações de paz é impulsionada, em grande parte, pela necessidade de garantir financiamento adicional para treinamento e apoio logístico às tropas. Desde 1985, o Brasil enfrenta um déficit contínuo de recursos, e embora essas operações não envolvam grandes investimentos em equipamentos militares ou aumentem significativamente a capacidade de combate convencional das forças armadas, elas oferecem uma oportunidade para manter uma parte do contingente motivado, treinado e operacional (Alsina Junior, 2017). Para as lideranças militares, esse aspecto pode ser considerado um ganho significativo, uma vez que assegura a prontidão das tropas e a continuidade do desenvolvimento profissional em um ambiente desafiador.

2.3. Diplomacia Solidária

Outra razão que alguns autores vinculam como motivo do Brasil ter entrado na MINUSTAH é conhecida como diplomacia solidária. Aguilar (2015) destaca que, a partir do governo Lula, a política externa brasileira passou a adotar o conceito de "não-indiferença", que implica um compromisso ativo em situações de crise. Essa abordagem motivou a participação do Brasil na MINUSTAH, onde o país se comprometeu a oferecer apoio e solidariedade no Haiti. Assim, a participação na missão reflete a intenção do Brasil de se posicionar como um ator responsável na comunidade internacional, contribuindo para a pacificação e reconstrução em cenários de instabilidade.

Aguilar (2015) destaca que o governo brasileiro enfatizou sua participação no Haiti como parte de um esforço para promover a justiça social e o desenvolvimento, apresentando a ação como um compromisso altruísta com a paz, em vez de buscar benefícios políticos ou estratégicos diretos. Farias e Martins (2019) argumentam que esse protagonismo brasileiro reflete uma abordagem idealista de ajuda humanitária e cooperação, em vez de intervenções militares com objetivos geopolíticos. Essa postura posiciona o Brasil como um líder regional comprometido com a paz e a estabilidade internacional como o seguinte trecho demonstra:

“[D]emonstração de solidariedade para com uma nação das Américas (Brasil, 2008b, p. 214). Destaca-se a reivindicação do Haiti como um problema latino-

americano, o que levaria à necessidade de um envolvimento dos países da região, principalmente o Brasil (Brasil, 2005a). Reivindicação esta aliada também à evocação de uma matriz cultural africana comum (Brasil, 2004c) que justificaria uma postura de não indiferença, ou seja, uma reinterpretação da não intervenção, baseada em princípios éticos e de solidariedade, mas que não negaria a soberania da população local (Brasil, 2008a)." (Souza Neto, 2012, p 245).

Moreno, Chagas e Gomes (2014) argumentam que potências emergentes, como Brasil e África do Sul, podem atuar como intermediárias legítimas entre o Ocidente e antigas colônias, suavizando hierarquias e estruturas de autoridade neocoloniais. Essa "liminalidade" foi evidenciada pela disposição do Brasil em participar da MINUSTAH, fundamentada no princípio da "não indiferença", que legitima seu engajamento militar no Haiti (Moreno, Chagas e Gomes, 2014). Além disso, a identificação do Brasil com o Haiti, devido a desafios históricos semelhantes, reforça sua imagem de liderança na missão, apresentando o país como um "outro semelhante" e solidário. Por isso, essa relação de solidariedade e similaridade contribui para a percepção do Brasil como preparado para desempenhar um papel ativo na construção da paz.

Nasser (2012) argumenta que a decisão do Brasil de liderar a MINUSTAH em 2004 foi motivada por um desejo de prestar "solidariedade ativa" ao Haiti, um país enfrentando crises política, institucional e humanitária. Ele explica que essa solidariedade atende ao interesse nacional do Brasil, funcionando como uma forma de projeção de poder e influência no cenário internacional. Assim, ao se envolver em missões de paz, o Brasil eleva suas credenciais junto à comunidade internacional, demonstrando um compromisso responsável com sociedades afetadas por conflitos. No entanto, Nasser (2012) enfatiza que essa solidariedade deve ser baseada em critérios, dado que o Brasil não pode se envolver indiscriminadamente em todas as operações de paz. Ele também destaca que o novo perfil de engajamento brasileiro não se limita à América Latina e ao Caribe, mas inclui países africanos com os quais o Brasil tem laços histórico-culturais, como Moçambique e Angola, evidenciando uma identificação que justifica essa atuação.

Rocha (2009) tem a seguinte contribuição: "Basta que o leitor conheça o fato de que o argumento em favor da participação na MINUSTAH foi por o Haiti ser o único país miserável no hemisfério, fazendo dele um exemplo marcante, e não havendo qualquer referência à participação dos militares no processo de decisão." (ROCHA, 2009, p 155). Por fim, Neto (2017) afirma que a principal motivação do Brasil para seu rápido engajamento no Haiti foi a vontade de oferecer ajuda a um país vizinho em grave degradação social, econômica e de segurança. Ele destaca que essa ação foi uma resposta ao apelo internacional

da ONU, refletindo não apenas um compromisso com a estabilização do Haiti, mas também a vontade do povo brasileiro de atuar de forma solidária. Em resumo, a intervenção no Haiti é apresentada como uma demonstração do dever e da responsabilidade do Brasil no cenário internacional.

A análise das motivações para a participação do Brasil na MINUSTAH revela convergências e divergências entre os autores. A maioria dos autores, incluindo Aguilar (2015) e Farias e Martins (2019), destaca a "diplomacia solidária" e o princípio da "não indiferença" como fundamentos essenciais da política externa brasileira, ressaltando o compromisso do país com a justiça social e a paz. Em contraste, Nasser (2012) e Moreno, Chagas e Gomes (2014) adotam uma perspectiva mais pragmática, argumentando que a solidariedade também visou ampliar a influência do Brasil no cenário internacional, atendendo a objetivos de projeção de poder.

Souza Neto (2012) e Rocha (2009) adicionam nuances relevantes ao debate. Souza Neto (2012) destaca a releitura do princípio de não intervenção, com ênfase em valores éticos e solidários. Já Rocha (2009) justifica a participação do Brasil na MINUSTAH como uma resposta à grave situação de fragilidade socioeconômica do Haiti e o fato dos militares não participarem da decisão de participar ou não. Esses autores sugerem que a abordagem do Brasil não é apenas uma resposta humanitária, mas também pragmática, refletindo um equilíbrio entre valores éticos e interesses estratégicos. Assim, enquanto a maioria concorda que a diplomacia solidária foi uma motivação central, a verdadeira natureza dessa solidariedade é debatida, variando entre um ato idealista e uma ferramenta pragmática.

2.4. Liderança Regional

A quarta motivação que levou o Brasil a participar da MINUSTAH, segundo Abdenur *et al.* (2017), foi a intenção de atuar como ponte entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos:

"Há, também, uma série de análises que interpretam tal participação como parte de uma tentativa mais ampla de expandir o soft power brasileiro na América Latina; de se contrapor ao poder geopolítico dos EUA; de fortalecer o papel do Brasil na cooperação Sul-Sul; e de consolidar uma posição de liderança regional" (Abdenur *et al.*, 2017, p. 102).

O envolvimento do Brasil na MINUSTAH, portanto, não se limitava a uma simples contribuição para a estabilização do Haiti, mas representava uma ferramenta de projeção de poder. Ao atuar como um agente de pacificação em uma região de interesse estratégico, o Brasil buscava não apenas fortalecer sua imagem na América Latina, mas também demonstrar sua

capacidade de liderança em um contexto internacional mais amplo. A missão era vista como uma oportunidade de reforçar seu papel na cooperação Sul-Sul, consolidando a imagem do Brasil como um facilitador entre o Norte e o Sul global, ao mesmo tempo em que se projetava como um ator capaz de coordenar esforços multilaterais. Dessa forma, a participação na MINUSTAH era também um meio de solidificar sua posição como líder regional.

Souza Neto (2012) corrobora essa análise, sugerindo que o envolvimento do Brasil no Haiti servia como um teste para sua capacidade de assumir responsabilidades internacionais. Então, ao colaborar com a comunidade global para resolver uma crise no Haiti, o Brasil pretendia reafirmar seu papel de liderança regional. Além disso, Nasser (2012) sugere que o Brasil pretendia aumentar seu controle ou influência sobre áreas geográficas que considera estratégicas. Para ele, essa liderança se alinhava com a política externa brasileira de se afirmar como uma potência emergente, capaz de influenciar diretamente as dinâmicas políticas e econômicas das regiões ao seu redor.

Complementando essa análise, Rocha (2009) ressalta que o Brasil também via sua participação na MINUSTAH como uma oportunidade de se projetar globalmente, tanto em espaços formais como o CSNU, quanto em fóruns menos institucionalizados, como o G-8 e o G-20. Ao assumir a liderança em uma missão de paz e reconstrução em um país pobre, o Brasil buscava legitimar sua posição de destaque não só na América Latina, mas em uma escala internacional mais ampla, reforçando seu protagonismo tanto em arenas multilaterais quanto em parcerias estratégicas com nações desenvolvidas e emergentes.

Os autores convergem ao afirmar que a participação do Brasil na MINUSTAH visava projetar poder e consolidar sua liderança regional e internacional. Abdenur *et al.* (2017) e Souza Neto (2012) destacam que o Brasil buscava fortalecer seu papel na cooperação Sul-Sul e testar sua capacidade de assumir responsabilidades globais. Nasser (2012) acrescenta que o país pretendia aumentar sua influência em áreas estratégicas, enquanto Rocha (2009) ressalta que a missão também visava legitimar o protagonismo brasileiro em fóruns como o CSNU, G-8 e G-20. A visão central é que a MINUSTAH serviu como uma plataforma para ampliar o status internacional do Brasil.

2.5. Multilateralismo

A quinta motivação apontada para explicar a participação brasileira na MINUSTAH é o reforço do multilateralismo, conforme é destacado: “Sardenberg (2005), escrevendo logo após o início do engajamento brasileiro, associa a decisão de envio de tropas ao compromisso mais

amplo do Brasil com o multilateralismo e com a democracia na região. (Abdenur *et al.*, 2017, p.104). Ou seja, o Brasil via na MINUSTAH uma oportunidade de demonstrar seu compromisso com a cooperação internacional. A missão, então, não representava apenas uma intervenção isolada em um país em crise, mas sim uma expressão do papel que o Brasil buscava desempenhar globalmente. Portanto, a participação na operação não seria apenas uma ação motivada por interesses nacionais restritos, mas também um meio de reforçar o compromisso do Brasil com o multilateralismo, cooperando com outros países para resolver problemas globais.

Outro autor que tem uma opinião semelhante a essa ideia é Aguilar (2015). Ele sugere que a participação brasileira na MINUSTAH faria parte da estratégia de fortalecimento do sistema multilateral de segurança. Para ele, o Brasil buscava, por meio dessa missão, equilibrar as assimetrias presentes no sistema internacional, que frequentemente favorecem as grandes potências, sobretudo no campo da segurança internacional. Assim, o engajamento brasileiro na MINUSTAH permitia que o país mostrasse sua capacidade de liderança e sua disposição de contribuir para a manutenção da paz global, reforçando o papel das instituições multilaterais como uma plataforma onde nações em desenvolvimento, como o Brasil, poderiam exercer maior influência.

Além disso, a análise de Aguilar (2015) é complementada por Nasser (2012), que oferece uma perspectiva semelhante. Para o autor, um dos motivos que levaram o Brasil a liderar a MINUSTAH foi o desejo de elevar o perfil de sua atuação multilateral, projetando sua influência no cenário internacional e, ao mesmo tempo, cumprindo o que seus representantes diplomáticos definiram como interesse nacional. Logo, a participação brasileira na MINUSTAH não se limita a uma simples missão de estabilização no Haiti. Ela estaria conectada ao desejo do Brasil de se afirmar no cenário internacional por meio do multilateralismo. Ao colaborar com outros países e liderar uma missão complexa sob o comando da ONU, o Brasil reforçou seu compromisso com a cooperação internacional e buscou elevar seu status como um ator global relevante. O envolvimento brasileiro, conforme destacado por Abdenur *et al.* (2017), Aguilar (2015) e Nasser (2012), evidencia uma estratégia deliberada de utilizar o multilateralismo para promover seus interesses nacionais, equilibrar as assimetrias globais e projetar sua influência no cenário mundial.

2.6. Projeção no campo da Segurança Internacional

A despeito das motivações que levaram o Brasil a se envolver na MINUSTAH, a projeção internacional parece ser o fator mais proeminente. Abdenur (2017) argumenta que o envolvimento no Haiti fazia parte da estratégia brasileira para expandir sua influência regional e internacional. Especificamente, ela afirma:

“A decisão de se juntar à missão foi um marco para a política externa e de defesa brasileira. Embora o Brasil tenha contribuído com pessoal para a ONU nas operações de manutenção da paz desde 1940, antes do Haiti, ele havia restringido seu papel às missões do Capítulo VI. Esse novo nível de engajamento levou o governo brasileiro a promover, tanto em casa quanto no exterior, seu papel no Haiti como uma marca registrada de seu papel em expansão em assuntos internacionais” (Abdenur, 2017, p. 459 e 460, tradução nossa).

Abdenur *et al.* (2017) confirmam essa ideia, onde a participação brasileira no Haiti seria uma forma de demonstrar prestígio na ordem internacional. Aguilar (2015) afirma que o Brasil, como uma "potência intermediária" — um país que, embora não seja uma superpotência global, possui relevância regional e crescente influência internacional — aproveitou a oportunidade de participar de operações de paz, como a MINUSTAH, para demonstrar um compromisso mais ativo com a segurança internacional. O objetivo do Brasil, segundo ele, era aumentar sua inserção no sistema global, ou seja, participar mais ativamente das decisões internacionais e ter um papel mais relevante nos processos de tomada de decisão relacionados à segurança global. Ao se mostrar mais presente e influente nesse campo, o Brasil visava consolidar sua posição de poder intermediário e fortalecer suas chances de ter um papel mais importante nos fóruns de segurança, como o CSNU.

Barros, Da Costa e Ferreira (2019) acrescentam que, além disso, seria uma forma de mostrar a relevância do Brasil no âmbito das operações de paz da ONU. Braga (2017) enfatiza a importância do planejamento conjunto das Forças Armadas brasileiras na operação de envio de tropas e materiais para o Haiti, no contexto da MINUSTAH. Ele destaca que esse planejamento permitiu ao Brasil realizar um feito significativo: todo o pessoal e material do contingente foi transportado utilizando exclusivamente meios próprios, ou seja, navios da Marinha e aviões da Força Aérea. Isso demonstrou que o Brasil era capaz de mobilizar seus recursos de forma eficiente, sem depender de ajuda externa. Essa operação serviu, segundo Braga (2017), como uma clara demonstração para o mundo da organização, do profissionalismo e da capacidade de projeção de poder do Brasil. Ou seja, o país conseguiu mostrar que tinha condições de planejar e executar uma operação militar de grande escala em outro país, o que reforçava sua imagem de potência militar emergente e organizada no cenário internacional.

Farias e Martins (2019) são autores que pensam de maneira semelhante a Braga (2017). Sugerem que o envio de capacetes azuis brasileiros para operações de paz pode ser interpretado sob uma perspectiva logística voltada para a inserção internacional do Brasil. Quando eles mencionam o "paradigma logístico de inserção internacional", se referem ao modo como o Brasil utiliza sua capacidade logística – isto é, sua habilidade de mobilizar e sustentar tropas em missões internacionais – como um componente estratégico de sua política externa.

Fontoura e Uziel (2017) explicam que o Brasil via as missões de paz como uma oportunidade para aumentar sua influência internacional em paz e segurança. Com a crise no Haiti e a intervenção da ONU, o Brasil percebeu uma chance de se destacar, desde que as condições de sua participação fossem bem-negociada. Hirst (2009) argumenta que a participação em operações de paz trouxe prestígio internacional, o que estava alinhado com as prioridades da política externa brasileira. Ou seja, o Brasil viu nas missões de paz uma oportunidade de aumentar sua visibilidade e influência no cenário global, reforçando sua imagem de ator responsável e comprometido com a paz mundial.

Kenkel (2013a) destaca que o aumento da participação do Brasil em operações de paz da ONU reflete uma estratégia típica de países do Cone Sul: buscar presença internacional enquanto redirecionam suas forças militares para missões externas, em vez de internas. O Brasil aproveitou essa oportunidade para consolidar seu papel na segurança global, fornecendo o maior contingente e liderando a força militar da MINUSTAH, demonstrando sua relevância e influência no cenário internacional.

Nasser (2012) explica que a decisão da diplomacia brasileira de liderar a MINUSTAH em 2004 foi motivada pelo desejo de aumentar a projeção do Brasil no cenário internacional. Essa "projeção de poder" se manifesta de duas maneiras: primeiro, de forma multilateral, ao buscar uma participação mais ativa na formulação de políticas de paz e segurança internacionais, especialmente em organizações como as Nações Unidas; e, segundo, de maneira bilateral, ao expandir a presença diplomática nos países onde as operações de paz foram realizadas, como o Haiti. Assim, ao assumir a liderança da missão, o Brasil visava fortalecer sua influência global e estabelecer conexões diplomáticas mais robustas.

Oliveira Junior e Goés (2010) advertem que não participar dessa agenda implicaria em perda da influência política internacional, e para isso, o país adota uma perspectiva multilateral para se inserir no ambiente internacional e fortalecer as Nações Unidas na manutenção da paz. Pacheco e Migon (2013) afirmam que a crescente projeção do Brasil no cenário internacional leva à expectativa da comunidade global de que o país assuma mais responsabilidades na promoção da estabilidade entre as nações. Eles citam a participação do Brasil na Missão das

Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) como um exemplo dessa expectativa, ressaltando o envolvimento político do Brasil, o comando do componente militar e o envio do maior contingente militar para a região mais populosa e instável do Haiti.

Assim, a missão representa uma resposta às demandas da comunidade internacional por maior atuação do Brasil em questões de segurança e paz. Rocha (2009) conclui que o emprego de tropas em missões de paz serve para o Brasil projetar seu poder e ampliar sua influência no cenário internacional. Isso significa que, ao participar dessas operações, o país não apenas contribui para a paz, mas também busca consolidar sua presença e relevância global, demonstrando sua capacidade de liderança nas relações internacionais. Duarte Villa e Jenne (2020) acrescentam que no Brasil, as elites da política externa viram a manutenção da paz como um custo necessário para obter reconhecimento internacional.

Blanco (2017) sugere que o envolvimento crescente do Brasil em operações de paz, incluindo o envio de tropas, não necessariamente fortalece sua posição internacional, como poderia parecer à primeira vista. Em vez disso, essa participação pode reforçar o papel subalterno e periférico do país na arena global de paz e segurança. Blanco (2017) argumenta que, ao atuar como um "executante" nas operações lideradas por grandes potências ou por organizações internacionais, o Brasil corre o risco de se tornar mais dependente e limitado às decisões dessas entidades, restringindo sua capacidade de exercer liderança autônoma. Esse tipo de envolvimento implicaria que o Brasil atua principalmente sob a influência e as diretrizes de potências estabelecidas, o que poderia minar suas aspirações de maior protagonismo e autonomia na política global.

Portanto, o envolvimento do Brasil na MINUSTAH é amplamente interpretado como uma estratégia de projeção no campo da segurança internacional, buscando aumentar sua influência global e consolidar sua posição como uma potência intermediária. Esse engajamento permitiu ao país demonstrar seu profissionalismo e capacidade logística, especialmente no planejamento e execução da missão com recursos próprios, como destacado por Braga (2017) e Farias e Martins (2019). Além disso, autores como Abdennur *et al.* (2017), Fontoura e Uziel (2017), Nasser (2012), Kenkel (2013a) e Pacheco e Migon (2013) defendem que a participação brasileira foi uma oportunidade para se destacar em fóruns globais, fortalecendo sua relevância em temas de paz e segurança.

Oliveira Junior e Goés (2010) e Barros, Da Costa e Ferreira (2019) acrescentam que o Brasil buscava demonstrar sua importância no âmbito das operações de paz da ONU, ao passo que Aguilar (2015) destacou que o país visava maior inserção no sistema global. Entretanto, há divergências, como a de Blanco (2017), que sugere que, ao se engajar nessas operações, o Brasil

poderia estar reafirmando sua subordinação ao invés de consolidar sua liderança. Dessa forma, a MINUSTAH foi uma plataforma para o Brasil aumentar sua visibilidade, mas a natureza dessa projeção ainda é objeto de debate.

3. CRÍTICAS

A participação em operações de paz, de maneira geral, suscita diferentes interpretações sobre seus impactos e motivações. Enquanto algumas análises veem nessas missões uma oportunidade para o Brasil expandir sua influência e assumir um papel mais relevante em questões de segurança global, outras abordagens apontam desafios e questionam os reais benefícios dessa atuação. Essas operações podem envolver custos políticos, logísticos e econômicos significativos, o que gera um debate contínuo sobre os interesses e as consequências para os Estados que se engajam nesse tipo de intervenção internacional.

3.1. Críticas sobre a Divisão Internacional do Trabalho

Uma crítica levantada por Aguilar (2015) e Oliveira (2010) sobre as operações de paz é que, embora os custos sejam divididos entre os membros, os membros permanentes do CSNU assumem a maior parte das despesas. Isso evidencia a divisão internacional do trabalho no financiamento das missões, onde os países desenvolvidos contribuem mais financeiramente, enquanto os países em desenvolvimento fornecem mais pessoal. Nesse mesmo sentido, Blanco (2017) argumenta que há uma divisão de trabalho na construção da paz internacional, onde o Norte Global define tanto o conceito de paz quanto os métodos para alcançá-la. Então, o Norte detém o poder de determinar o que a paz significa e como ela deve ser construída globalmente, enquanto o Sul Global é responsável por implementar essas definições, atuando como a força de trabalho. Em resumo, o Sul executa as diretrizes estabelecidas pelo Norte, o que reforça uma hierarquia em que o poder decisório fica concentrado no Norte, e o Sul desempenha o papel de executor.

Essa divisão de responsabilidades entre o Norte Global, que define e financia, e o Sul Global, que executa, reflete uma hierarquia estrutural nas operações de paz internacionais. Embora o envolvimento dos países em desenvolvimento seja crucial para a implementação dessas missões, eles ocupam uma posição subordinada no processo de tomada de decisões e definição das diretrizes, o que perpetua a desigualdade no sistema internacional. Esse arranjo evidencia a necessidade de repensar a forma como as operações de paz são conduzidas,

garantindo maior equilíbrio entre contribuição financeira, participação efetiva e poder decisório.

3.2. Críticas sobre a Paz Liberal

Blanco (2017) critica as operações de paz argumentando que elas vão além de simples ferramentas técnicas. Essas operações atuam como práticas transformadoras que buscam reestruturar profundamente os Estados e as populações pós-conflito. São guiadas pela ideologia da "paz liberal", que associa o liberalismo à promoção da paz e prosperidade, impondo modelos políticos e econômicos específicos aos países em recuperação. Nesse contexto, as operações visam liberalizar as esferas política, econômica e social dos países afetados, exportando princípios do Norte Global para a periferia do Sul Global. Assim, não apenas reconstruem fisicamente as nações, mas impõem um modelo de governança que reflete os interesses do Norte. Isso resulta em uma clara divisão de trabalho, onde os países em desenvolvimento são pressionados a seguir as normas definidas pelos desenvolvidos. Braga (2012) complementa que todas as missões de paz após a Guerra Fria buscaram "transplantar" valores democráticos liberais para os países periféricos, destacando a incorporação de princípios do liberalismo, como o multilateralismo e o Estado de Direito, em sua execução.

Sendo assim, as operações de paz não se limitam à reconstrução de Estados pós-conflito; elas visam implementar um modelo de governança que reflete os interesses do Norte Global. Tanto Blanco (2017) quanto Braga (2012) evidenciam que essas missões buscam "transplantar" valores e instituições democráticas liberais, resultando em uma divisão internacional do trabalho onde os países em desenvolvimento atuam como executores das normas definidas pelas potências mais influentes. Assim, as operações de paz representam um esforço consciente para moldar as estruturas políticas e sociais dos países periféricos, revelando as desigualdades na ordem global.

3.3. Críticas sobre o Ônus da Participação

Uma observação feita por Aguilar (2015), seria de que a busca por um assento permanente no CSNU implica em uma maior participação do Brasil em operações de paz, visando aumentar sua inserção no sistema global e ter um papel mais relevante na segurança mundial. Ele apresenta que o protagonismo em missões como a MINUSTAH (no Haiti) e a UNIFIL (no Líbano) sugerem uma disposição para contribuir com mais tropas. Ele também

aborda que esse engajamento significa aceitar o ônus político, financeiro e humano de operações que podem envolver o uso mais robusto da força. Assim, ele conclui que a participação em operações dinâmicas pode colocar as tropas brasileiras em situações que impactam a imagem internacional do país. Assim, possíveis problemas ou falhas podem comprometer os objetivos da política externa brasileira.

Miyamoto (2008) critica a decisão do governo brasileiro de assumir o comando da MINUSTAH no Haiti, destacando que, na busca por reconhecimento internacional e por uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil cometeu erros significativos. Ele argumenta que as Forças Armadas não estavam preparadas para desempenhar funções de polícia, resultando em incidentes graves entre soldados e a população civil. Além disso, houve uma expectativa irreal sobre a quantidade de recursos prometidos para a missão, levando a uma permanência prolongada no Haiti, com custos crescentes que não foram adequadamente cobertos pela ONU.

Ele também observa que essa decisão gerou controvérsias internas no Brasil, onde muitos questionaram a validade de enviar tropas para o exterior enquanto o país enfrentava desafios sociais e de segurança similares em seu território. Em suma, ele ressalta que os recursos utilizados para as operações no Haiti poderiam ter sido mais eficazes se alocados em políticas públicas para enfrentar problemas domésticos. Assim, fica evidente a necessidade de equilibrar ambições internacionais com as prioridades sociais e de segurança do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi amplamente analisada por diferentes autores, revelando a diversidade de motivações políticas que guiaram o país nessa iniciativa. Este estudo abordou essas motivações, que vão desde a busca por maior projeção internacional até o desejo de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, o fortalecimento da liderança regional e o compromisso com o multilateralismo. Como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 1- Motivações Políticas elencadas para a Participação na MINUSTAH						
	Assento Permanente CSNU	Conhecimento Técnico	Diplomacia Solidária	Liderança Regional	Multilateralismo	Projeção no campo da Segurança Internacional
Abdenur (2017)						X
Abdenur, <i>et al.</i> (2017)	X			X	X	X
Aguilar (2015)	X	X	X		X	X
Alsina Junior (2017)	X	X				
Barros, Da Costa e Ferreira (2019)						X
Blanco (2017)	X					X
Braga (2017)						X
Duarte Villa e Jenne, (2020)						X
Farias e Martins (2019)			X			X
Fontoura e Uziel (2017)						X
Hiart (2009)						X
Kenkel (2013a)						X
Mendonça (2017)	X					
Miyamoto (2008)						
Moreno, Chagas e Gomes (2014)			X			
Nasser (2012)	X	X	X	X	X	X
Neto (2017)			X			
Oliveira Junior e Goés (2010)	X	X				X
Pacheco e Migon (2013)						X
Rocha (2009)			X	X		X
Souza Neto (2012)	X		X	X		

Fonte: Elaboração Própria

A análise da tabela permite extrair alguns *insights* importantes sobre as motivações políticas para a participação do Brasil na MINUSTAH. Esses *insights* podem ajudar a entender melhor os objetivos estratégicos do país em sua atuação internacional, especialmente no contexto das missões de paz. A tabela revela que não há uma única motivação dominante para a participação do Brasil na MINUSTAH. Vários autores destacam diferentes razões, como diplomacia solidária, projeção internacional e liderança regional. Isso indica que a decisão brasileira foi influenciada por uma combinação de fatores políticos, diplomáticos e estratégicos.

Projeção Internacional aparece como a motivação mais citada, presente em 15 dos 21 trabalhos listados. A projeção internacional está ligada à intenção do Brasil de ampliar sua visibilidade no cenário global. Autores como Barros, Da Costa e Ferreira (2019) e Kenkel (2013a) indicam que o Brasil usou a MINUSTAH como um palco para reforçar sua imagem como potência emergente e aumentar seu prestígio entre outras nações.

A Busca por um Assento Permanente no CSNU é a segunda mais citada, sendo destacada por 8 autores, sugerindo que uma parte significativa dos autores reconhece o envolvimento na MINUSTAH como parte da estratégia brasileira de obter um assento permanente no CSNU. Abdenur, *et al.* (2017) e Alsina Junior (2017) são alguns dos que apontam essa ambição de maior participação e influência nas decisões globais.

Diplomacia Solidária aparece em 7 trabalhos. Autores como Aguilar (2015) e Rocha (2009) mencionam que o Brasil utilizou a MINUSTAH como uma plataforma para mostrar sua capacidade de fornecer ajuda humanitária e de se envolver em missões de paz com um foco na solidariedade e cooperação internacional. Isso sugere que o Brasil queria se consolidar como um ator benevolente no cenário global.

Citado moderadamente é a Liderança Regional, presente em 4 trabalhos. Autores como Nasser (2012) e Souza Neto (2012) mencionam o desejo do Brasil de se firmar como uma potência líder na América Latina, assim, a missão no Haiti pode ter sido vista como uma oportunidade para reforçar sua autoridade regional. Há o Conhecimento Técnico, também citado por 4 autores, isso sugere que a aquisição de novas capacidades técnicas e operacionais através da missão de paz não foi uma das principais razões para a participação brasileira, ficando em segundo plano em relação a motivações mais políticas ou diplomáticas.

Também citado é o Multilateralismo, destacado por 3 autores. Embora o Brasil valorize a cooperação multilateral, essa motivação parece ter sido secundária em relação à projeção de seus próprios interesses. A ideia aqui é que a participação na MINUSTAH envolveu cooperação com outros países, mas o multilateralismo não era o principal objetivo.

Os *insights* obtidos da tabela mostram que a participação do Brasil na MINUSTAH foi movida por uma combinação de motivações políticas, diplomáticas e econômicas. O país usou a missão como uma plataforma para projetar poder, ganhar prestígio internacional e consolidar sua liderança regional, ao mesmo tempo em que buscava um papel mais influente nas instituições globais como o CSNU. Essas motivações variadas destacam a complexidade da política externa brasileira e como ela é moldada por múltiplos interesses em diferentes níveis.

Além das motivações elencadas, alguns autores fizeram algumas críticas sobre a participação brasileira em operações de paz:

Tabela 2 - Críticas sobre a Participação Brasileira em Operações de Paz			
	Crítica Divisão Internacional do Trabalho	Crítica Paz Liberal	Crítica Ônus da Participação
Aguilar (2015)	X		X
Blanco (2017)	X	X	
Braga (2012)		X	
Miyamoto (2008)			X
Oliveira Junior (2010)	X		

Fonte: Elaboração Própria

A Crítica à Divisão Internacional do Trabalho é a mais frequente (3 menções), o que sugere que muitos estudiosos acreditam que o Brasil, ao participar dessas missões, está reforçando uma estrutura hierárquica global onde países em desenvolvimento desempenham papéis menores ou de suporte. Isso reflete uma preocupação com o papel do Brasil no sistema internacional, onde sua participação, ao invés de fortalecer sua posição, pode estar consolidando um lugar de menor relevância em relação às potências globais. Portanto, a participação em operações de paz pode estar mantendo o Brasil em uma posição subalterna no cenário global, em vez de aumentar sua influência, como é frequentemente o objetivo dessas missões.

A Crítica à Paz Liberal, presente em 2 trabalhos, indica uma insatisfação com o modelo de paz promovido pelas Nações Unidas, que se baseia em valores ocidentais e liberais. A imposição desse modelo pode ser vista como inapropriada para todas as realidades regionais ou culturais. No contexto do Brasil, isso reflete uma dissonância entre as expectativas e a realidade das missões de paz, onde o país pode estar implementando um conceito de paz que não se alinha totalmente com as necessidades locais. Ou seja, o Brasil pode estar exportando um modelo de paz que não se adapta a todos os contextos culturais ou regionais, potencialmente prejudicando sua legitimidade como mediador ou força de pacificação.

A Crítica ao Ônus da Participação, mencionada por 2 autores, sugere que os custos de participar de operações de paz podem ser elevados para o Brasil, tanto em termos financeiros quanto diplomáticos. O envolvimento em missões como a MINUSTAH demanda recursos humanos e financeiros significativos, o que pode não ser compensado pelos ganhos políticos ou diplomáticos obtidos. Então, o custo-benefício da participação brasileira em missões de paz é questionável, e o Brasil pode estar assumindo um ônus que não gera retornos proporcionais em prestígio internacional ou em influência política.

Os principais *insights* obtidos a partir da tabela mostram que, embora o Brasil busque consolidar sua posição global através da participação em operações de paz, ele enfrenta críticas relacionadas à sua posição subordinada no sistema internacional, à inadequação do modelo de paz liberal que aplica em missões e aos elevados custos de sua participação. Esses fatores levantam questões sobre a real eficácia e os benefícios dessa participação para os objetivos de política externa do Brasil.

Em suma, a participação do Brasil na MINUSTAH reflete tanto suas ambições de projeção global quanto os desafios de conciliar interesses estratégicos com os princípios diplomáticos tradicionais. A análise dessas motivações e críticas sugere que a atuação brasileira na MINUSTAH foi uma ferramenta importante de projeção de poder, mas que seus resultados devem ser interpretados com cautela, considerando os custos e as implicações políticas dessa iniciativa.

Referências

ABDENUR, A. E. What Can South-South Development Cooperation Do for International Peace? Brazil's Role in Haiti and Guinea-Bissau. **International Negotiation**, v. 22, n. 3, p. 451-472, 2017.

ABDENUR, A. E. et al. O Brasil e a MINUSTAH: Lições a partir da Literatura Acadêmica. **participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** In A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AEMINUSTAH-2017.pdf>>, 2017. Acesso em: 10 mai. 2024

AGUILAR, S. L. C. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 3, n. 2, p. 113-141, 2015. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/20231/18133>> Acesso em: 18 mai. 2024.

ALSINA JUNIOR, J. P. S. Grand strategy and peace operations: the Brazilian case. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 60, n. 2, p. e004, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mnB873LMr3jpJ6bN8MzMmdL/?lang=en>> Acesso em: 19 mai. 2024.

AMORIM, Celso. Entrevista - Celso Amorim. [Entrevista concedida a] Douglas Portari e João Cláudio Garcia. **IPEA**, Brasília, edição 61, 13 jul. 2010. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=25> Acesso em: 9 fev. 2025.

BARROS, F. A; DA COSTA, R. A; FERREIRA, R. T. Construindo a paz: a engenharia do exército como elemento de smart power do Brasil na MINUSTAH. **Conjuntura Austral**, v. 10, n. 51, p. 61-81, 2019. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/92891>> Acesso em 20 set. 2024.

BLANCO, Ramon. The Brazilian engagement with peace operations: a critical analysis. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 60, n. 2, p. e006, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mnB873LMr3jpJ6bN8MzMmdL/?lang=en>> Acesso em: 20 mai. 2024.

BRAGA, C. C. V. Os desafios iniciais da participação das Forças Armadas Brasileiras na MINUSTAH. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões.** In A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). 2017. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AEMINUSTAH-2017.pdf>>, 2017. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRAGA, C. C. V. Uso da força nas operações de paz: solução ou problema? In KENKEL, K. M.; MORAES, R. F. (orgs). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado – Entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, p. 49-68, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3041>> Acesso em: 21 mai. 2024.

DUARTE VILLA, R.; JENNE, N.. By all necessary means? Emerging powers and the use of force in peacekeeping. **Contemporary Security Policy**, v. 41, n. 3, p. 407-431, 2020. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/337841561_By_all_necessary_means_Emerging_powers_and_the_use_of_force_in_peacekeeping> Acesso em: 10 mai. 2024.

FARIAS, R; MARTINS, R. P. Capacetes Azuis brasileiros no Haiti: instrumento de smart power para a política externa do Brasil?. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, v.6, n.1. Disponível em: <<https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75102>> Acesso em 5 set. 2024.

FONTOURA; P. R. C. T.; UZIEL, E. A MINUSTAH, o Brasil e o Conselho de Segurança das Nações Unidas. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. In A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AEMINUSTAH-2017.pdf>>, 2017. Acesso em: 10 mai. 2024.

HIRST, M. South American Intervention in Haiti. In: HAMANN, E. P. (org.) **Revisiting Borders between Civilians and Military: Security and Development in Peace Operations and post-conflict situations**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; p.101-109. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=b10c30b4-2ecd-d28e-8f19-03600b2008f2&groupId=252038> Acesso em 2 set. 2024.

KENKEL, K. M. “Global player” ou espectador nas margens? A “Responsabilidade de Proteger”: Definição e Implicações para o Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval** (Ed. português), v. 12, 2009, p. 6-57. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistadaegn/article/view/4735>> Acesso em: 20 mai. 2024.

KENKEL, K. M. Brazil as an International Security Actor. **International Security: a European-South American Dialogue**, v. 10, 2013a, p. 107-120. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=13e0c35b-6766-ed05-612c-cc0c4695a11d&groupId=265553> Acesso em: 5 abr. 2024.

KENKEL, K. M. Out of South America to the globe: Brazil’s growing stake in peace operations. In KENKEL, K. M. (Org.). **South America and Peace Operations: Coming of Age**, 1 ed, London: **Routledge**, 2013b, p. 85-110.

KENKEL K. M.; Stefan, C. G. Brazil and the Responsibility While Protecting Initiative: Norms and the Timing of Diplomatic Support. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, v. 22, n. 1, p. 41-58, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/297371902_Brazil_and_the_Responsibility_While_Protecting_Initiative_Norms_and_the_Timing_of_Diplomatic_Support> Acesso em: 10 abr. 2024.

MENDONÇA, M. V. Brasil no Haiti, um caso de sucesso: uma análise da missão brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. In A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017). Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AEMINUSTAH-2017.pdf>>, 2017. Acesso em: 10 mai. 2024.

MIYAMOTO, S. A Política Externa Brasileira e as Operações de Paz. **Revista Brasileira Estudos Políticos**, v. 98, 2008, p. 361-394. Disponível em: <<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/79>>. Acesso em: 15 mai. 2024.

MORENO, M.; CHAGAS, C.; GOMES, M. S. (2014). Improvising the Liberal Peace Model: a Postcolonial View on the UN Mission in Haiti (MINUSTAH). In: Bruno Charbonneau, Tony Chafer (Org.). **Peace Operations in the Francophone World: Global Governance meets Postcolonialism**. 1 ed. New York: Routledge, p. 168-185. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315796307-13/improvising-liberal-peace-model-marta-fern%C3%A1ndez-moreno-carlos-chagas-vianna-braga-ma%C3%ADra-siman-gomes>>. Acesso em: 19 set. 2024.

NASSER, F. Pax brasiliensis: Projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas. In KENKEL, Kai Michel; MORAES, Rodrigo Fracalossi (orgs). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado – Entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3041>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

NETO, F. P. V. Epopeia militar brasileira no Haiti. **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): Percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. In **A Participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017)**. Disponível em: <<https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2017/10/16-10-2017-web-AEMINUSTAH-2017.pdf>>, 2017. Acesso em: 10 mai. 2024.

OLIVEIRA JUNIOR, A.; GÓES, F. L. **A presença brasileira nas operações de paz das Nações Unidas**. Texto para discussão 1516. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1516.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

PACHECO, F. C; MIGON, E. X. F. G. O BRASIL NA MINUSTAH INFLUENCIANDO O BRASIL NO CONE SUL: EVIDÊNCIAS PRELIMINARES DA CONTRIBUIÇÃO DA DIPLOMACIA MILITAR À INSERÇÃO SOBERANA Brazil in MINUSTAH influencing Brazil in the Southern Cone: Preliminary Evidence of the Military Diplomacy.. **Coleção Meira Mattos-Revista das Ciências Militares**, v. 7, n. 29, p. 131-137, 2013. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/RMM/article/view/181>>. Acesso em: 3 abr. 2024.

ROCHA, A. J. R. **Política externa e política de defesa no Brasil: Civis e militares, prioridades e a participação em missões de paz**. e-cadernos CES [Online], 06, 2009. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cecs/359>>. Acesso em: 1 abr. 2024.

SOUZA NETO, D. M. O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH. In KENKEL, Kai Michel; MORAES, Rodrigo Fracalossi (orgs). **O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado – Entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, p. 243- 268. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3041/1/Livro_O%20Brasil%20e%25>. Acesso em: 15 set. 2024.